

Camelódromos de Florianópolis
Informalidade e marginalização nos espaços públicos

Ricardo Fagundes da Silveira
rfsfagundes@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nas grandes e médias cidades do Brasil uma realidade incômoda encontra-se exposta nas áreas centrais das cidades, o comércio informal, ou camelôs. Recentemente estudado pela Antropologia, o tema “camelôs” permite discussões entre instituições públicas, economia, o grupo social e as relações com a cidade. Assim, é na busca deste diálogo é que proponho este artigo que dialoga com conteúdos da legislação municipal de Florianópolis sancionada entre 1981-2000 e as matérias jornalísticas vinculadas ao tema no mesmo período.

Palavras-chave: Camelôs, legislação, cidade

Abstract: In medium and large cities in Brazil an uncomfortable reality is exposed in the central areas of cities, informal trade, or street vendors. Recently studied by anthropology, the topic of "camelô" allows discussions between public institutions, economy, social group and the relationship with the city. Thus, in pursuing this dialogue is what I propose is this article which speaks to the content of Florianópolis municipal legislation enacted between 1981-2000 and newspaper articles related to it in the same period.

Keywords: Camelôs, legislation, city

Camelódromos of Florianópolis
Informality and marginalization in public spaces

A dinâmica social que envolve as mudanças no mundo do trabalho nas três últimas décadas anda num compasso acelerado, estabelecido pela globalização econômica. No vácuo da ampliação e diversificação acentuadas do comércio de produtos e serviços em escala mundial, novas angústias se estabelecem nos corpos e mentes de homens e mulheres. A indefinição, a expectativa sobre o novo que se aproxima, a insegurança dominante atingem o comportamento, o cotidiano e os espaços sociais.



Nas grandes e médias cidades do Brasil essa realidade incômoda encontra-se exposta nas áreas centrais das cidades. O comércio informal é um retrato fosco do que sobrou do vendaval imposto pela dinâmica econômica atual. Há aqueles que não o querem ver, há também os que vendo, preferem ignorar. E há aqueles que, por necessidade, na luta pela sobrevivência, revirando os escombros, moldam novas formas para a realidade. Nos espaços urbanos uma dessas novas formas são os camelódromos.

Shopping popular, centro comercial de produtos piratas ou simples mescla disforme para a venda de artesanatos e produtos “pirateados”, os camelódromos constituem-se num típico exemplo contemporâneo para a oficialização da informalidade. A localização espacial resultante da luta contra a marginalidade proporcionada pelo desemprego que atingiu os grandes centros nas décadas de 80 e 90 do século passado.

Remando contra a maré que empurra parte do contingente de desempregados para o desespero, a mendicância e a criminalidade, os camelôs conseguem forçar os limites da legalidade. A atividade da ‘camelotagem’, preponderantemente marcada pelo comércio de produtos irregularmente importados de *Ciudad Del Leste*, mesmo legalmente condenada por legislação federal e reprimida por legislações de posturas municipais, consegue gradativamente a oficialização de espaços urbanos. Essa formalização nos municípios, mesma que obtida e mantida precariamente, apontam na direção do reconhecimento da atividade e da realidade que a todos cerca.

O tema “camelôs” e comércio ambulante é objeto de pesquisas recentes, principalmente no campo da Antropologia. Procuro neste ensaio agregar, à interpretação antropológica, os elementos presentes na relação de instituições públicas com o grupo social, como objeto de estudo. Para o cumprimento deste propósito volto-me para a análise do conteúdo da legislação municipal de Florianópolis sancionada entre 1981 e 2000 e das matérias jornalísticas vinculadas ao tema no mesmo período.

A construção do objeto de pesquisa nunca é um ato ingênuo ou desinteressado, depara-se inevitavelmente com os limites do desejo pessoal de dialogar com determinados temas. Articular reflexões sobre violência e conflito urbano, globalização, mundo do trabalho, informalidade, ação estatal e relações sociais, constitui-se num desafio sempre ameaçado pelos limites da subjetividade. Optei, no entanto, por assumir

a sinceridade de Georges Duby¹ quando considera que “a objetividade do conhecimento histórico é um mito” e de que é inevitável, mesmo para os que se pretendem bons homens e historiadores, colocar “na sua escrita muito de si próprio”. Nesta perspectiva a pretensão (bem modesta) é adicionar traços neste desenho social confuso, estigmatizado e acentuadamente camuflado.

Mercado de Trabalho e Globalização

Inevitavelmente todas as cidades de grande e médio porte foram atingidas por uma avalanche de produtos paraguaios conduzidos pelas mãos da informalidade. Logradouros como a 25 de março em São Paulo ou rua Uruguaiana no Rio de Janeiro são hoje nacionalmente conhecidos por serem pontos de concentração da ‘camelotagem’.

Entre os trabalhos que orientam esse artigo merecem destaque as dissertações de Patrícia Delgado Mafra² e de Rosana Pinheiro Machado³.

A pesquisa de Mafra ocorre junto ao comércio ambulante que se desenvolveu por ruas tradicionais de comércio da cidade do Rio de Janeiro, alcançando “uma área interna de dez mil metros quadrados e 1600 boxes de comércio atacadista e varejista de diversos artigos”, tradicionalmente conhecido como o Mercado Popular da Uruguaiana. Sua abordagem enfoca a disputa entre o município, que procura por todas as formas ‘limpar’ e ‘recuperar’ as ruas centrais da cidade, e os camelôs que ocupam este espaço e se estabelecem driblando continuamente diversas administrações da capital carioca.

A pesquisa de Pinheiro Machado constitui-se num excepcional trabalho de etnografia entre os camelôs e sacoleiros da Praça XV de Novembro em Porto Alegre. A autora opta por conviver cotidianamente, por dois anos, com os camelôs da região central da capital gaúcha. Estabelece vínculos de amizade e trabalho com comerciantes do camelódromo, viaja como ambulante a Ciudad del Leste e partilha o dia-a-dia daquele grupo social. Desenvolve uma análise profunda das relações de poder político e

¹ DUBY, Georges. O Historiador, hoje. In: DUBY, G et alii, História e Nova História. Lisboa, Teorema, 1986, p. 7-19.

²MAFRA, Patrícia Delgado. *A Pista e o Camelódromo – Camelôs no centro do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do PPGAS - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da UFRJ.

³MACHADO, Rosana Pinheiro. *La garantía soy yo. Redes locais e transnacionais de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil- Paraguai)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. 2005.



social que permeiam a vida dos camelôs, demonstrando a repressão e o preconceito a este grupo social de forma ampla. Apresenta com clareza a marginalização decorrente dos conceitos de insegurança, violência e sujeira atribuídos ao comércio de ambulantes.

Não é necessário, no entanto, o registro fotográfico ou um olhar antropológico, para se perceber que o comércio popular de rua é um fenômeno que compõe a paisagem urbana de todas as cidades de médio e grande porte brasileiro. As contínuas crises que permearam a economia brasileira nas três últimas décadas do século XX, somadas à mudanças que transformaram o sistema de produção industrial nos mais diversos cantos do planeta, trouxeram alterações substanciais no mercado de trabalho. Os altos índices de desemprego decorrentes deste processo transformaram grande número de trabalhadores em camelôs. Nestas condições a camelotagem deve ser compreendida como uma alternativa de trabalho.

Estigmatizados por parte do senso comum e por parte considerável dos meios de comunicação, os camelôs encontram-se inseridos num universo que contempla a informalidade mercantil, o contrabando e a marginalidade potencial. Trabalhadores de ruas, de sinais de trânsito ou de praças públicas, marcados pelo anonimato que permeia as distâncias no meio urbano, mas fisicamente próximos dos clientes potenciais, esses ambulantes dão contorno às formas conceituais para o que chamamos de comércio informal.

Mesmo que equiparada a uma forma de venda direta, a sofisticação da atividade acompanha o ritmo das novas tecnologias. As falsificações de CDs de músicas, filmes, softwares, perfumes franceses, óculos, acessórios para telefones celulares, aparelhos de barbear, dentre outros eletrônicos, ditam a regra de competição com os modelos originais. A velocidade com que uma réplica fica disponível no mercado, via *Ciudad del Leste*, muitas vezes supera a logística dos fabricantes originais⁴. Encontra-se fresco na memória política brasileira o constrangimento do presidente da república que, juntamente com sua família, assistiu ao filme “Os 2 filhos de Francisco”, quando a fita original ainda não havia chegado ao mercado oficial.

⁴ Rosana Pinheiro Machado, na sua pesquisa antropológica sobre a vida dos camelôs e sacoleiros de Porto Alegre, viajou algumas vezes à Ciudad del Leste. Fica impressionada com velocidade de fabricação das mercadorias que, saindo da China “cruza oceanos velozmente, chega nos pólos de venda e, em breve, um sacoleiro a compra e revende em seu ponto de comércio”. Para a autora todo esse processo “escapa do controle estatal e das multinacionais”.

O desenvolvimento desse tipo de comércio informal irá dar forma essencialmente a três tipos de camelotagem: o camelô de pista, que comercializa seus produtos nas ruas sem um ponto fixo definido; o camelô barraqueiro, que se instalam barracas nas calçadas e com o tempo passam a ter o “direito” àquele ponto fixo; e os camelôs do camelódromo, com pontos fixos geralmente instalados em boxes de alvenaria.

Os dois últimos constituem-se numa nova atividade comercial e laborativa mais definitiva, sendo que os ambulantes do camelódromo, via de regra, já passaram pelos estágios mais precários da rua ou das barracas, enfrentaram e sobreviveram ao cotidiano das intempéries naturais e da repressão de agentes policiais, alfandegários e de posturas municipais.

Informalidade e Ilegalidade

Todo camelô deve ser fuzilado num paredão ou então passar por cima com um rolo compressor.⁵

Essa frase, segundo alguns camelôs, teria sido pronunciada diversas vezes pelo Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura de Florianópolis, César de Barros Pinto. Mesmo que distorcida pelos declarantes à reportagem, mostra claramente o clima existente entre poder público municipal e os ambulantes na capital catarinense durante a década de 1980.

O Largo da Alfândega e ruas como a Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt havia sido gradativamente ocupado por este comércio. Utilizando barracas, mostruários armados, tabuleiros ou simples caixas de papelão a informalidade, ditada pela necessidade, atropelava a legislação de posturas da cidade. Apesar do crescimento desordenado do comércio ambulante que ocupou os principais pontos de circulação na região central da cidade nos primeiros anos da década de 1980, o Código de Posturas do município vigente desde 1974⁶, não fora objeto de alterações relacionadas diretamente às regras para o comércio ambulante até o ano de 1985.

A ocupação das calçadas do Largo da Alfândega e da rua Conselheiro Mafra já havia atingido um nível de formalização tão sofisticado, que os camelôs mais antigos já

⁵ Jornal o Estado em 12 de agosto de 1986.

⁶ Lei municipal 1224/74.



se consideravam ‘donos’ de determinados pontos específicos. Tornara-se comum o repasse, através da venda dos pontos entre ambulantes que mudavam de atividade ou de localização, através de um valor de transferência do “ponto”.⁷ Além das disputas entre novos e antigos camelôs, as matérias jornalísticas traziam também acusações, destes últimos, de que os comerciantes donos de lojas comerciais compravam os pontos para abocanhar uma fatia maior do mercado.

Em 14 de outubro de 1986 a Câmara Municipal aprova a Lei 2496/86, alterando o Código de Posturas, em que são ampliados os conceitos de atividades praticadas por ambulantes. Estabelece também que o processo de concessão de licenças e o controle da atividade continuariam sob responsabilidade da SUSP – Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos.

A SUSP era considerada o principal órgão de resistência e combate à ‘camelotagem’ e a manutenção legal das atribuições neste órgão conduzia assim a um acirramento nas tensões cotidianas dos camelôs. Nos meses que se seguiram questões como definição de espaços, determinação do número (insuficiente para os camelôs) de licenças, e mesmo licenças concedidas a ambulantes desconhecidos dos mais antigos, motivavam todo o tipo de reações. Tentativas de audiências com vereadores, de reuniões com o secretário de urbanismo (SUSP) e invasões do gabinete do mesmo, compunham o leque de acontecimentos que se seguiram à “pequena” mudança que a Câmara proporcionara com a Lei 2496/86.

⁷ O jornal o Estado, em 17/08/86, cita explicitamente o valor de aquisição, por uma ex-bancária, de uma banca ao lado da Alfândega por Cz\$180.000,00 (cento e oitenta mil cruzados), o equivalente a 13.000 dólares americanos em agosto/1986.





Fotografia recente do Camelódromo Municipal de Florianópolis. À direita o Mercado Público.

Segundo José Roberto Leal, o “Zezinho”, presidente da ASSOPECOM – Associação dos Pequenos Comerciantes do Camelódromo Municipal de Florianópolis, logo após a aprovação da lei, a SUSP liberou 130 licenças para camelôs que, retirados do Largo da Alfândega, foram instalados em “chiqueirinhos” no espaço que atualmente ocupam⁸. Estas instalações iniciais designaram, por sorteio, espaços fixos com aproximadamente 12m², onde montagens de zinco substituíram as antigas barracas. Duas reformas posteriores, financiadas com recursos da Prefeitura (a primeira instalando uma cobertura de lona e a segunda a construção em alvenaria em 1997), remodelaram aquele espaço e a pejorativa denominação de “chiqueirinho” perdeu-se naturalmente.

Espaço vazio, a informalidade ocupa e a pobreza fica exposta

Como bem detecta Pinheiro Machado, “por uma questão lógica, quando se regulariza um contingente de vendedores e o retira da rua, um outro aparece no seu

⁸ O Camelódromo Municipal encontra-se localizado ao lado do Mercado Público, em frente do atual TICEN – Terminal de Integração do Centro.

lugar”⁹, o Largo da Alfândega e adjacências fora novamente ocupada por novo grupo de camelôs que ‘herdaram’ o espaço daqueles que agora se encontravam no Camelódromo Municipal.

“Pancadaria e prisões na briga dos camelôs”, “Fiscais têm medo de apanhar e não removem camelôs”. Estas manchetes estavam estampadas na primeira página do jornal o Estado, respectivamente, nos dias 1 e 4 de novembro de 1988. As páginas internas do jornal relatam os confrontos e a disposição para a resistência existente entre os ambulantes. Além do relato dos enfrentamentos ocorridos naqueles dias, trazia declarações de ambulantes e autoridades como a do Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, César de Barros Pinto, de que os fiscais “estão com medo de apanhar de novo” ou de uma líder de um grupo de 28 mulheres que prometia “recorrer até à violência se for necessário para garantir o que consideram seu direito”.

Naqueles dias a repressão dos fiscais da SUSP e a resistência dos ambulantes estavam turbinadas por um requerimento aprovado por 18 vereadores exigindo que o prefeito Edison Andrino desocupasse o espaço da rua Conselheiro Mafra, próximo ao museu da Alfândega. Segundo as reportagens, os comerciantes pressionavam a Câmara e a SUSP pela completa desocupação da Conselheiro Mafra.

Do conteúdo dessas matérias, que traziam para a superfície da vida social não somente acontecimentos isolados ocorridos na cidade naquele período. É possível detectar sentimentos distintos entre os atores sociais direta ou indiretamente envolvidos:

a) Nos setores médios e ricos da cidade predominava a vinculação dos camelôs aos conceitos destinados aos marginais e à ‘sujeira’ da pobreza. Na matéria do dia 04/11/1988, do Estado, a reportagem transcreve a declaração de um gerente financeiro do Banco do Paraná: “Em uma cidade turística como a nossa, **a pobreza deve ser escondida e não exposta.**” (grifo meu) Síntese mais explícita me parece impossível;

b) Os órgãos oficiais, SUSP ou Câmara de Vereadores, encontravam-se mais sensíveis aos apelos dos valores da postura elitizada, do que as reivindicações de cidadãos extremamente penalizados por uma grave crise social;

c) Que em substituição à parcela de ambulantes contemplada com a oficialização de suas atividades em espaço social formalmente reconhecido, a realidade trazia novos desempregados para informalidade das ruas. Ou seja, nem mesmo a informalidade

⁹ Pinheiro Machado, Rosana. La garantía soy yo. Redes locais e transnacionais de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil- Paraguai), PPGAS, UFRGS, 2005, p. 62



contemplava todo o contingente posto na marginalidade, apenas atenuava a pressão social;

d) A busca das classes sociais populares (trabalhadores que perderam seus empregos) pela atividade comercial ambulante, como forma de sobreviver à crise, não seria barrada por uma legislação de posturas confeccionada na perspectiva de setores sociais devidamente incluídos econômica e socialmente.

Esse processo, que envolve ambulantes não contemplados com espaço no Camelódromo Municipal e os novos camelôs que surgiram posteriormente, apontava para a necessária construção de um segundo camelódromo: o Camelódromo Municipal Cidade de Florianópolis, inaugurado em 1997.

Um detalhe surge entre as leis 2496/86 e 3667/91. Essa última alterou dispositivos contidos na Lei 2496/86, ampliando as possibilidades de concessão de licenças para o comércio ambulante. Sem nenhum precedente na jurisprudência legal ou mesmo institucional, o texto insere o termo “camelódromo” ao tratar de atividades e comerciantes que poderiam se estabelecer naquele espaço específico. Constitui-se no reconhecimento formal do que até ali fora considerado ilegal e marginal.

Um dos limites da gestão do prefeito Sérgio Grando (1993-1996) foi a relação com o comércio ambulante. Mesmo a esquerda, sempre propensa no discurso ideológico a compreender as lutas sociais, não conseguiu decifrar e superar os princípios que considerava ‘marginal’ o trabalho informal e preconizava a necessária ‘limpeza’ dos espaços urbanos. Prova da incapacidade de desatar esse nó político é que o candidato da situação na sucessão de Grando, o petista Afrânio Boppré (vice-prefeito entre 1993-1996) admitia em entrevista ao Diário Catarinense¹⁰ após o segundo turno que perdera a eleição porque “Florianópolis virou uma central de boatos durante a campanha”, referindo-se aos comentários de “que sua administração acabaria com o camelódromo, por exemplo”.

De fato, as lideranças do Camelódromo Municipal aderiram à campanha vitoriosa de Ângela Amim e celebraram esse apoio num churrasco oferecido aos mesmos pela coligação da candidata¹¹. O presidente Zezinho fez publicar no jornal A Capital uma nota com o título “Camelôs no sufoco” em que “denuncia” a intenção da

¹⁰ Diário Catarinense, 18/11/1996, Caderno de Política.

¹¹ Jornal A Notícia, 29/10/1996.



prefeitura governada pela Frente Popular em “despejar 125 chefes de família do Camelódromo Municipal e 220 famílias do Mercado Público”.

O papel dos ambulantes no processo eleitoral de 1996 traz à luz duas questões: A primeira a importância do tema no início dos anos 1990 e a segunda uma medida que Sérgio Grando tomaria poucos dias antes de passar a administração para Ângela Amin:

Através do Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, Rubens Bazzo, comunica a decisão de retirar os camelôs do Largo da Alfândega e transferi-los para o aterro da Baía Sul, ao lado do “Cestão do Povo”¹². O fato relevante da decisão é que a mesma foi tomada após discussões que ocorreram durante todo o ano de 1996 com a Câmara dos Diretores Lojistas (CDL), a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif), Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e representante da categoria. Os camelôs não concordavam em deixar o local e prometiam resistir. Essa decisão se constituirá no ponto de partida para uma nova fase de confrontos entre fiscais da SUSP, polícia militar e os “novos” camelôs que sucederam, no Largo da Alfândega, aqueles que haviam sido absorvidos pelo Camelódromo Municipal.

“Camelôs desafiam Susp e polícia” e “Camelôs enfrentam a polícia para voltar à Alfândega” eram, respectivamente, o destaque na 1ª página e a manchete interna da matéria do jornal A Notícia de 25/06/1997. “Camelôs causam nova confusão” e “Camelôs repetem confronto com fiscalização e PM” eram as manchetes do dia seguinte, 26/06/1997. Transferidos para uma parte pouco movimentada do Aterro da Baía Sul no primeiro mês do governo Ângela Amin, nos últimos dias de maio/97, numa ação executada à noite, retornaram de surpresa e instalaram suas barracas no Largo da Alfândega. Trabalhavam durante o dia e deixavam as barracas montadas à noite sob o controle de seguranças particulares. Na madrugada do dia 23/06/97, numa ação também realizada de madrugada e com apoio da Polícia Militar, os fiscais da SUSP apreenderam as barracas de 156 camelôs, dando motivo aos enfrentamentos e confrontos que se desenvolveriam nas semanas seguintes. No dia seguinte à ação da SUSP os camelôs retornaram ao Largo da Alfândega e motivaram as manchetes jornalísticas destacadas acima. Permaneciam em vigília contínua e começaram a comercializar seus produtos

¹² Jornal A Notícia, 29/11/1996.



expondo-os no chão. Durante todo o mês de julho os jornais noticiariam diariamente o desenrolar do processo de enfrentamento entre autoridades públicas e os camelôs.¹³

Estes últimos tinham motivos de sobra para a resistência. A análise das matérias veiculadas pelos principais jornais da cidade no findar do mês de junho e durante o mês de julho deixavam claro as intenções da prefeitura. Transferiram os camelôs para um espaço com menor fluxo de pessoas, sem oferecer instalações básicas mínimas e de sobra não estava claro a existência de um projeto de infra-estrutura e nem mesmo a garantia de permanência futura naquele espaço. Numa dessas matérias o jornal A Notícia, em 27/06/1997, informava que os camelôs permaneciam em vigília há 3 dias no Largo da Alfândega e que a Procuradoria Geral do Município estava analisando o ‘projeto’ do novo camelódromo que o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) havia elaborado nas duas últimas semanas. Esclarecia ainda que uma localização definitiva para este novo camelódromo era incerta, informando que a área prevista ficava “perto da passarela que dá acesso ao Terminal Rita Maria.”

Essa e outras matérias evidenciam as intenções do Poder Público municipal. Decidiram “limpar” o Largo da Alfândega, sem preocupação com o futuro dos cidadãos transferidos e, quando pressionados, revelam a inexistência de um projeto que definisse ao menos uma localização para o “novo” camelódromo prometido desde 1986¹⁴. A prioridade era a ‘limpeza’, o que viria, além disso, seria obra exclusivamente da resistência dos camelôs.

A resistência produziria resultados novamente. Em meados de setembro/1997, com o início das obras de construção do Camelódromo Cidade de Florianópolis – Centro Sul, os camelôs decidem em assembléia abandonar o Largo da Alfândega e assumem seus boxes no novo camelódromo. Segundo Rosemeire Rabello, presidente da ACACIF – Associação do Camelódromo Cidade de Florianópolis, foram 11 meses de muita luta até a inauguração em 14/12/1997¹⁵. Concluía-se assim uma nova etapa, onde a informalidade consolidava a superação das barreiras da legalidade e de alguns estereótipos que cercam o conceito de marginalidade.

¹³ O foco e a “pressão” da imprensa estavam sobre os camelôs nos últimos dias de junho/1997. A votação do impeachment do governador Paulo Afonso Vieira, envolvido no escândalo das “Letras” reduziu a atenção sobre os ambulantes, tanto que no dia 01/07/97 o jornal A Notícia publicava uma matéria com o título: “Camelôs lucram com Impeachment”.

¹⁴ Como sabemos o destino final do segundo camelódromo não foi as proximidades do Terminal Rita Maria, mas sim a região do Aterro em frente ao antigo Terminal Cidade de Florianópolis.

¹⁵ O Camelódromo Cidade de Florianópolis possui atualmente 158 box comerciais.



Na legislação municipal “marginal” tem pouco espaço

A reconstituição sob diversas possibilidades e abordagens poderá mensurar melhor a predominância de valores sociais que relacionam desempregados, subempregados e pobres em geral à desordem, imundícies e sujeira. Existem contradições entre os princípios políticos, que estabelecem a representação coletiva e o papel do Estado moderno, e as ações que são efetivadas pelas instituições públicas. Um exemplo destas contradições pode ser detectada na análise da Legislação Municipal entre 1981 e 2000 constante no Quadro 1, apresentado na seqüência deste artigo.

As principais conclusões relacionadas a essa legislação são as seguintes:

a) 2637 das 4027 leis aprovadas pela Câmara Municipal de Florianópolis no período tratam especificamente da designação do nome de ruas, praças e avenidas, das declarações de utilidade pública e da concessão dos títulos de honra ao mérito, aspecto que mereceria dissertação específica e ignoraremos nesta oportunidade;

b) 17 leis concedem incentivos fiscais às atividades culturais, instalações de hotéis, marinas, bingos e ao turismo em geral;

c) 209 leis abordam alterações para uso e ocupação do solo;

d) 32 leis tratam dos direitos de minorias e grupos sociais específicos, como idosos, estudantes, negros, deficientes físicos e mentais, dentre outros;

e) Apenas 2 leis aprovadas pelo legislativo municipal, em 20 anos, tratam diretamente do assunto “camelô”.

Embora os efeitos de qualquer lei não deva ser medido pela quantidade de atos legais que abordam determinado assunto, os números acima demonstram a importância que a elite política dava para um grupo social que estava exposto todos os dias, à “olho nu”, fervilhando no meio da praça. Vale o registro que a construção do Camelódromo Cidade de Florianópolis, em 1997, foi tratada apenas no âmbito do Executivo. Uma prova real do desprezo que as leis municipais destinaram a essa nova classe que nascia da informalidade. Um outro aspecto relevante é a constatação de um paradoxo ou padrão de orientação limitada para os conceitos de cidadania. Enquanto a “sociedade” política desenvolve ações que possibilitem a inclusão de setores específicos (idosos, negros, deficientes físicos e mentais, etc.), ignora a grande parcela que se expõe no centro urbano da cidade.



Mas uma particularidade presente nas entrevistas, feitas em oportunidades distintas, com os presidentes da ASSOPECOM (“Zezinho”) e da Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, Oreste Mello, abre uma ponte para o passado no tema comércio ambulante em Florianópolis. “Zezinho” afirmara categoricamente que os primeiros ambulantes retirados do Largo da Alfândega, aproximadamente “uns vinte pais de família” foram instalados na Ala Norte do Mercado Público no início dos anos 1980, antes de se cogitar a possibilidade do Camelódromo Municipal. Oreste Mello, que fala do Mercado Público considerando-o um espaço “cult”, mesmo mostrando-se contrariado com a afirmação de “Zezinho”, confessa que existem na Ala Norte “uns quatro ou cinco” ambulantes que vieram do Largo.

O mercado público como precedente

Possivelmente a maioria dos turistas ou dos moradores de Florianópolis que atualmente transitam pelas alas do Mercado Público não conhecem com profundidade as origens sociais daquele espaço urbano. Paralelamente à necessidade de um espaço físico destinado ao abastecimento e comercialização de produtos alimentícios na ilha, na primeira metade do século XIX, aparece a adoção de uma política pública preocupada em “higienizar” os espaços urbanos dominados por “marginais” no período.

Segundo Nivaldo Jorge da Silva¹⁶ o discurso médico-higienista, que travava intensas batalhas contra os principais focos de “imundícies” da cidade, encontrava-se no centro dos debates que conduziram à construção e inauguração, em 6 de janeiro de 1851, do primeiro Mercado Público de Nossa Senhora do Desterro.

Nas décadas que antecederam a construção do primeiro mercado, a região central da cidade, localizada onde hoje se encontra a Praça XV de Novembro, concentrava as atividades dos mercadores do período. Comerciantes expunham e vendiam os mais variados tipos de produtos utilizando “barraquinhas, nome generalizado do aglomerado de mercadores” que, pelas péssimas condições sanitárias existentes “mesmo para os padrões da época”, chamavam a atenção das autoridades locais.

Silva, ao transcrever parte da obra de Hermetes Reis de Araújo, mostra o perfil “marginal” dos populares que circulavam entre os comerciantes do local:

¹⁶Silva, Nivaldo Jorge da. A descoberta do Mercado Público. Florianópolis. 1996, p. 19



Agentes da desordem sanitária: os doentes (especialmente os soldados que circulavam por Desterro), os cadáveres e os que freqüentavam as barraquinhas: escravos libertos, brancos vadios e prostitutas.¹⁷

Assim como a construção, a demolição do antigo Mercado Público em 1895, teve também, segundo Silva, “um evidente caráter saneatório, semelhante à construção da Avenida Hercílio Luz, no começo do século XX, que eliminou inúmeros barracos do centro da cidade, empurrando seus habitantes para os morros que ocupam até hoje”¹⁸. A “limpeza” pretendida com a construção da Praça XV já havia se esgotado, então “não interessava à administração municipal, naquele momento, ter, na porta central de uma cidade que buscava investimentos de fora, um prédio ainda firme, mas velho, sujo e cercado de pobreza por todos os lados.”



Mercado Público (à esquerda) demolido em 1895. À direita percebe-se o muro que cercava a Praça XV na época.

O novo mercado, inaugurado em 1899 compreendia a atual Ala Norte, sendo ampliado em 1931 com a construção da Ala Sul. Atualmente a Ala Sul recebe os estabelecimentos destinados ao comércio de peixes e carnes, ficando a construção mais antiga reservada para o comércio de armarinhos e outros produtos em geral. É este

¹⁷ Reis de Araújo, Hermetes. A Invenção do Litoral – Reformas urbanas e reajustamento social, Apud SILVA, Nivaldo Jorge da. *A descoberta do Mercado Público*. Florianópolis. 1996, p. 21

¹⁸ Silva, Nivaldo Jorge da. Op. cit. P. 44

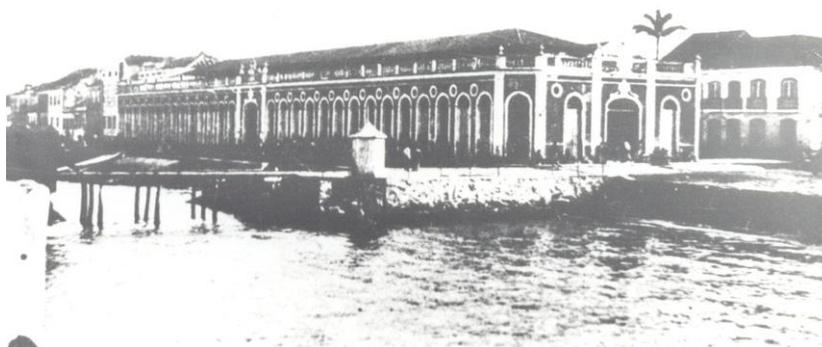
espaço, resultado de políticas que rotulavam de “marginais” as classes populares empobrecidas, que recebeu os primeiros camelôs de Florianópolis.

O resgate dessa origem não impede que Silva cometa um equívoco nas conclusões do seu livro. Considera que o Mercado Público tem uma “imagem histórica de ponto freqüentado pelos grupos marginalizados da sociedade”, mas que está “diminuindo consideravelmente”. Faz coro com o presidente da Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público, Oreste Mello (Atual diretor da “TV Câmara” da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, que prefaciou a publicação). Inconscientemente reforça a aversão à porção marginal que ainda freqüenta o mercado, tornado claro o incômodo que a realidade social proporciona. Promove uma inversão conceitual de “elitização” e “democratização” elaborada por Mello, ao considerar que “está ocorrendo um processo interessante, que pode ser chamado de **“Processo de elitização”** (grifo meu)”, que consiste “na criação de locais dentro do Mercado que satisfaçam os desejos das classes mais altas da população.” Oreste considera que o Mercado “historicamente freqüentado pelas classes mais baixas, esta se **“democratizando”**(grifo meu)”.

Na realidade social das cidades brasileiras definitivamente “elitização” não combina com “democratização”. Pelo menos a social. A verdade é bem outra. A Ala Sul teve o seu espaço físico e comercial reconfigurados para satisfazer os desejos de turistas e da classe média que buscam a cultura e o exótico nos espaços historicamente marcados pela cultura popular. Os preços dos bares ali praticados são salgados até para boa parte de setores médios que têm que se preocupar com o orçamento familiar. Visitar o Mercado Público (a sua ala sul, claro!) constitui-se uma obrigação para o cumprimento de um roteiro turístico e uma “sofisticação” para o morador nativo que pode tomar um *chopp* no Píer 32 ou no Ponto 15.

Com os olhares voltados apenas para a Ala Sul, as novas elites, vestidas com a mesma repugnância social de outrora, tenta ignorar a Ala Norte, paradoxalmente a mais antiga. É ali que a origem da informalidade comercial tem suas raízes mais antigas e apresenta os seus traços mais recentes. Mesmo com a reforma, conseqüência do incêndio ocorrido em 19/08/2005, parte dos comerciantes daquela área são os primeiros camelôs, ou seus sucessores comerciais ou familiares, que abriram caminho na fuga da informalidade ainda nos anos 70 e 80 do século XX.

A confusão, proposital ou inconsciente, nos conceitos de democracia mostra-se claramente nas últimas considerações de Silva, ao relatar orgulhosamente que o “Box 32” é classificado em diversos órgãos da imprensa nacional como “o melhor bar do Brasil” e que mesmo existindo espaços destinados a um público “menos especializado”, este bar seria “o balcão mais democrático da cidade”. Seria crueldade considerar o texto de Silva apenas como uma encomenda necessária à consolidação de espaços sociais destinados ao turismo, mas pensar que um *chopp* de 120 ml por R\$6,00, ou uma pequena porção de camarão ao bafo por R\$50,00 são preços democraticamente acessíveis, constitui-se numa distorção.



Mercado Público inaugurado em 1899, somente com a Ala Norte.

Considerações finais

Existe uma nítida contradição entre a formalidade nas atividades econômicas (a economia dos números) e a realidade humana de quem só tem a informalidade como recurso último de sobrevivência. Infelizmente os Códigos de Posturas municipais são orientados por uma lógica excludente no estabelecimento de padrões de higiene, limpeza e embelezamento para os centros urbanos.

Esse processo de marginalização empurra para a faixa criminosa tudo aquilo (principalmente todos aqueles) que afeta o interesse econômico dos setores atrelados aos apetrechos formais da economia. Nestas condições o camelô é considerado um potencial criminoso. À margem, posto que sem lugar no desenho aprazível da

composição social, sobram-lhe as adversidades cotidianas, a insegurança jurídica e a busca incessante, e inevitável, na obtenção de renda necessária à sobrevivência.

Assim como para amplos setores sociais marginalizados, como “sem-teto” e “sem-terra”, as mudanças legais voltadas para a informalidade comercial ocorrem bem mais lentamente quando comparadas com alterações legais destinadas ao atendimento de pleitos de setores econômicos dominantes. O elevado número de leis que têm por objeto alterações nas regras de uso e ocupação do solo em Florianópolis são provas irrefutáveis desta constatação. Ou seja, o Estado quando pressionado, responde mais rapidamente àqueles setores sociais que hegemonizam o controle do mesmo.

Mesmo nestas condições nasce algo novo. Do limbo entre a marginalidade absoluta e a estabilidade econômica e social dos cidadãos de posses e rendas, que ditam as noções de marginalidade nos espaços públicos da cidade, surgem os camelódromos. Trata-se de uma construção física que ocupa um espaço urbano determinado, erigida como resposta a um justificado constrangimento social criado por circunstâncias sócio-econômicas. Fruto de uma instabilidade social, constantemente ignorada e camuflada pela elite que domina o poder político, erguidos com propósitos de saneamento e ‘limpeza’ social, constituem-se numa conquista que proporciona inclusão aos comerciantes beneficiários.

Mais que a oficialização e o reconhecimento de atividades mercantis e laborais, são representações vivas da resistência a formas dissimuladas de discriminação social. Um retrato da superação de pessoas que lutaram contra a marginalização.

Num mundo de empregos precários, orientado pelo canibalismo de grandes grupos econômicos sobre empresas menores e em que o Estado pende acentuadamente para satisfazer os desejos destes últimos, ser camelô é ser um sobrevivente.

Referências:

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: A perversidade da Modernidade* Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

MAFRA, Patrícia Delgado. *A “pista” e o “camelódromo”* – Camelôs no Centro do Rio de Janeiro. 2005. 100 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.



Ricardo F. da Silveira: Camelódromos de Florianópolis-Informalidade e marginalização nos espaços públicos

PINHEIRO MACHADO, Rosana. *La garantía soy yo*. Redes locais e transnacionais de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil- Paraguai). Porto Alegre. 2005. 148 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Leste*: Vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. 314 p. Tese Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, Nivaldo Jorge da. *A descoberta do Mercado Público*. Florianópolis, 1996. 59p.

